vinetur

Moldávia vai fasear os impostos nacionais sobre as importações da Transnístria, começando pelo álcool e tabaco

Um decreto estende em fases o IVA e os impostos especiais de consumo, com o objetivo de alinhar até 2030 o comércio da região separatista

segunda-feira, 21 de setembro de 2026



A Moldávia publicou uma decisão governamental que vai uniformizar o tratamento fiscal das mercadorias introduzidas no país por operadores económicos da região da Transnístria, alargando em fases o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e os impostos especiais de consumo, à medida que o governo avança para alinhar o comércio dessa área com o sistema fiscal nacional.

A decisão foi publicada no Jornal Oficial do país em 28 de agosto e estabelece um calendário faseado para a aplicação das regras de IVA e de impostos especiais de consumo a determinadas categorias de mercadorias importadas e geridas por empresas sediadas na Transnístria. Segundo a medida, o objetivo declarado do governo é assegurar a aplicação uniforme da legislação fiscal e aduaneira em toda a Moldávia, criar condições concorrenciais mais equitativas e integrar gradualmente as empresas da região no quadro fiscal e aduaneiro nacional.

A primeira fase está prevista começar em 1 de setembro de 2026. A partir dessa data, o novo regime será aplicado a um grupo de mercadorias que inclui bebidas alcoólicas, produtos do tabaco e nicotina, perfumes, artigos pirotécnicos, peles, joalharia e pedras preciosas, bem como certos meios de transporte. A inclusão das bebidas alcoólicas deverá merecer especial atenção por parte de importadores, distribuidores e retalhistas, porque alterações nos encargos de IVA e de impostos especiais de consumo podem afetar os preços e a concorrência no mercado de bebidas da Moldávia, incluindo vinho, cerveja e bebidas espirituosas.

Para outras categorias de mercadorias, a transição acontecerá mais tarde. A decisão governamental refere que algumas matérias-primas e produtos petrolíferos ficarão abrangidos pelas novas disposições a partir de 1 de janeiro de 2027. Está prevista uma nova fase para 1 de abril de 2027, quando o regime deverá estender-se ao gás natural, eletricidade, aparelhos telefónicos e computadores.

As autoridades moldavas afirmaram que a abordagem faseada pretende dar tempo às empresas para se adaptarem e limitar o impacto nos preços e nos consumidores. Esse calendário sugere que o governo procura equilibrar os seus objetivos fiscais e regulatórios com o risco de perturbação para as empresas que dependem de cadeias de abastecimento envolvendo a região da Transnístria. Ao distribuir as medidas por

vários anos e por grupos de produtos, os responsáveis parecem estar a tentar evitar um choque súbito em setores sensíveis como a energia, os bens de consumo e os produtos já sujeitos a impostos especiais de consumo.

O objetivo mais amplo é que o regime fiscal geral seja plenamente aplicado até 2030 às mercadorias importadas por operadores económicos da região da Transnístria, nas mesmas condições utilizadas para as empresas do resto da Moldávia. Na prática, isso significaria a eliminação gradual do tratamento separado dessas importações e um maior alinhamento com as regras fiscais que regem o comércio em todo o país.

A medida também tem peso político e económico porque toca numa das partes mais sensíveis da relação económica interna da Moldávia. A Transnístria é uma região fora do controlo do governo central em Chisinau, e os acordos comerciais envolvendo empresas aí sediadas exigem há muito um tratamento especial. Ao avançar para um regime fiscal e aduaneiro único, o governo moldavo está a sinalizar que quer uma atividade económica mais estreitamente ligada às instituições nacionais e às normas legais.

Para o setor das bebidas, a aplicação antecipada do novo regime às bebidas alcoólicas pode ter efeitos comerciais imediatos, mesmo antes de entrarem em vigor as fases posteriores. Se os custos de importação aumentarem ou os requisitos administrativos mudarem, as empresas poderão ajustar os preços grossistas e de retalho, e os distribuidores poderão rever as estratégias de abastecimento. A dimensão de qualquer alteração dependerá da forma como as empresas absorverem os novos encargos e da rapidez com que o mercado se adaptar quando chegar a data de início de 1 de setembro.